

Renovação das Concessões do Setor Elétrico Nacional

Segue, para conhecimento, texto do Sintergia sobre Renovação das Concessões do Setor Elétrico.

Por que apoiamos a renovação das concessões?

Em julho passado, nossa categoria precisou decretar uma greve nacional que atingiu o setor elétrico nacional e paralisou todas as empresas. Ainda assim, em plena greve e sabedores da responsabilidade que temos diante das grandes questões nacionais e, em particular, do setor de energia, não deixamos de olhar para o problema que já se apresenta como urgente: *a renovação das concessões que estarão vencendo a partir de 2015.*

Mas, o que é uma “concessão”?

Por definição, “é um contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública (seja a União, os estados ou os municípios) delega ao particular a gestão e a execução, por sua conta e risco, sob o controle do Estado, de uma atividade definida por lei como serviço público, por um determinado período e sob condições por ele controladas, incluindo qualidade do serviço e tarifas”.

Mas na questão da energia, devido aos altíssimos investimentos necessários para projetar, construir, instalar e operar esses serviços (geração, transmissão e distribuição), não houve grande interesse inicial do setor privado, deixando ao Estado a tarefa de criar empresas estatais e investir para que a energia produzida pudesse mover o restante da economia nacional. Na verdade, o setor privado pensa sempre que é um investimento muito alto para ter um retorno apenas em um prazo muito longo. Segundo cálculos, os 15 ou 20 primeiros anos da concessão servem apenas para amortizar o valor total de investimentos e a energia só passa a dar lucro muito tempo depois.

E é exatamente este momento que estamos vivendo. O problema da renovação das concessões envolve 20% das usinas de energia existentes (cerca de 20,2GW), 84% das linhas de transmissão já instaladas e 35% da energia comercializada no país (37 empresas distribuidoras). Grande parte desses negócios está em mãos do grupo estatal Eletrobras.

Nossas entidades representativas, os sindicatos em todo o país, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e a Central Única dos Trabalhadores assumiram esta luta e elaboraram uma série de propostas em que defendem, entre outros pontos, a queda das tarifas de energia elétrica através da renovação das concessões cujos contratos vencem a partir de 2015.

Por isto defendemos a imediata ação do governo fazendo a renovação automática de todas as concessões. Não temos tempo a perder e o Brasil precisa dar continuidade ao seu crescimento econômico para fazer frente à crise mundial.

Mais que renovar as concessões – o que por si só já impede novas privatizações –, nossas entidades defendem que essa iniciativa seja necessariamente acompanhada de uma revisão dos contratos atuais, para que as tarifas cobradas dos consumidores sejam reduzidas.

Entendemos que essa redução de tarifas pode acontecer a partir da retirada do percentual hoje cobrado por investimentos antigos já amortizados e pelo fim de taxas que já perderam a razão de existir, como a que visa estimular a expansão do acesso à eletricidade no Brasil. Afinal de contas, desde o início do governo popular do presidente Lula, em 2003, os investimentos neste sentido já foram feitos. Programas como o “Luz para Todos” estão deixando a universalização do serviço cada vez mais próxima. O fim da cobrança do ICMS sobre a energia é outra das formas de redução da tarifa.

Segundo cálculos do governo, a renovação das concessões traria uma redução nas tarifas de energia e serviria de um novo estímulo para o crescimento econômico no Brasil.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê redução em torno de 25% para as tarifas de hidrelétricas, cujas concessões estão terminando em 2015. Além disso, os reajustes anuais pelo IPCA podem ser substituídos por revisões tarifárias a cada quatro ou cinco anos, em um esforço para desindexar a economia brasileira.

Por que seria possível essa redução de tarifas?

É preciso considerar que todos os investimentos feitos pelas empresas geradoras de energia, as usinas hidrelétricas, já foram completamente pagos na concessão anterior, gerando uma redução nas suas tarifas de 4,5%. Ou seja, os gastos já foram amortizados e agora a produção de energia é um setor lucrativo. Estando nas mãos do Estado tem um papel social, passando para as mãos dos empresários privados passará a ser uma fonte de lucro e, conseqüentemente, significará mais tarifas sobre o consumidor final.

Lembram do que aconteceu pouco depois da privatização do sistema Telebrás? Todos diziam que a privatização da telefonia tinha sido um êxito, que os serviços tinham melhorado e que as tarifas tinham caído. É claro que a imprensa abriu muitas páginas para elogiar a privatização do setor. Mas hoje estamos vendo o que realmente aconteceu: as operadoras de telefonia – todas privadas – são as detentoras de um recorde de reclamações nos serviços de defesa do consumidor. Os serviços dessas empresas são tão ruins que obrigou o governo brasileiro, através da agência reguladora, a suspender temporariamente as vendas das quatro principais operadoras.

Será que desejamos ver a mesma coisa acontecer com o serviço de energia elétrica? Ficar temporariamente sem os serviços de uma operadora de telefonia celular é inconveniente, mas não chega a ser um caos. O que aconteceria se as geradoras passassem para o setor privado e começassem a passar pelos mesmos “apagões” da telefonia?

Devemos ainda lembrar que, em recente pronunciamento, os grandes empresários nacionais disseram que, para enfrentar a crise, é preciso haver uma redução no valor das tarifas de energia. E nós concordamos com isto.

Mas o projeto do governo de fazer as renovações através de um contrato que garanta a redução dessas tarifas está esbarrando na resistência da própria Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que insiste na realização de nova licitação para as concessões. Ou seja, além de ser uma imensa contradição, a Fiesp defende uma “privatização branca” do setor.

Embora o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tenha dito que os contratos de distribuidoras, linhas de transmissão e usinas de geração serão renovados, a Fiesp resolveu partir para o ataque. Para a entidade patronal, renovar as concessões seria “casuístico e imoral” e “beneficiária apenas cinco empresas estatais e seus acionistas privados”. Ou seja, voltam a defender uma visão privatista e de atacar as empresas estatais como ineficientes e contrárias aos interesses nacionais.

Uma nova reunião com os empresários deve ser agendada ainda em agosto e devemos acompanhar com atenção. Do que já sabemos, a intenção do governo é renovar as concessões, mas os empresários vão jogar todas as cartas para impedir que isto aconteça.

Pela legislação atual, para que aconteça a renovação das concessões é preciso que as empresas atualmente concessionárias manifestem oficialmente o interesse na prorrogação três anos antes de o contrato expirar, através de uma proposta detalhada, dizendo que desejam ter as concessões renovadas. E isto já aconteceu.

Desde 01 de julho de 2012, nove empresas de transmissão e nove geradoras solicitaram a prorrogação, segundo informe oficial da Aneel.

Na área de transmissão, todas as empresas já apresentaram pedido de prorrogação: as controladas da Eletrobras (Chesf, Eletrosul, Eletronorte e Furnas); a Celg Geração e Transmissão; as estatais estaduais Copel Geração e Transmissão (GT); Cemig GT e a gaúcha CEEE GT; e a Cteep.

No caso de concessões de geração, solicitaram a prorrogação Copel (com as hidrelétricas Chopim, Mourão I e Governador Parigot de Souza); Celg (hidrelétrica Rochedo); Cesp (hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia); CEEE-GT (hidrelétricas Jacuí, Passo Real, Canastra, Bugres, Ernestina, Capigui, Guarita, Herval, Santa Rosa, Passo do Inferno, Forquilha, Ijuizinho e Toca); Celesc Geração (hidrelétricas Garcia e Ivo Silveira); Zona da Mata Geração (hidrelétricas Ervália e Coronel Domiciano); Eletronorte (hidrelétrica Coaracy Nunes); Furnas (hidrelétricas Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Funil, além da termelétrica Santa Cruz) e Santa Cruz Geração de Energia (hidrelétrica Paranapanema e Rio Novo).

A crise econômica mundial, iniciada nos EUA em 2008, está levando o mundo para uma situação desesperadora com alta do desemprego e crise social nos principais países da Europa e mesmo nos EUA. A situação da União Europeia, em particular, é um exemplo dessa crise.

O Brasil tem conseguido resistir a este duro momento porque inverteu a lógica neoliberal. Enquanto outros países reduziam o papel do Estado e privatizavam suas empresas, nosso país, a partir do primeiro ano do governo Lula, passou a colocar o Estado como responsável pelo desenvolvimento nacional. As empresas estatais assumiram a tarefa de manter a economia funcionando e foi isto que nos levou a vencer a crise!

Para manter o país longe da crise e fazê-lo crescer, com desenvolvimento econômico e distribuição de renda, é preciso que a energia continue a ter o papel que até aqui representou. É preciso que as concessões permaneçam nas mãos de quem soube fazer o setor crescer e se desenvolver, tornando-se referência de tecnologia mundial.

Mas isto não é tudo. Certamente que os nossos sindicatos preocupam-se principalmente com as condições de serviço e a qualidade do ambiente de trabalho. Defendemos que o governo, ao fazer a revisão dos contratos, deve contemplar também medidas que garantam direitos trabalhistas, como a extinção das terceirizações nas atividades-fim (caso dos eletricitistas, por exemplo), assim como incluir na gestão do sistema elétrico o conceito de controle social.

Por tudo isto, defendemos a renovação das concessões. Defendemos que a energia é um setor estratégico e não pode virar uma “terra de ninguém” como está acontecendo com a telefonia.

SINTERGIA-RJ

Dr. Costa Neto, pela cronologia do Bonequinho, faltam 292 dias para o aniversário do cumprimento das reivindicações dos empregados.



O Bonequinho está aguardando: a construção do Prédio Único, o Ajuste de Curva, a Diminuição dos Artigos 37, etc.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL
Sindicato dos Empregados em Energia do Rio de Janeiro e Região – SINTERGIA
Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro – SINSERJ
Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro - SINDECON-RJ
Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro – SINAERJ
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE-RJ

A Diretoria, em 10 de agosto de 2012.